



Juntos pelo Sudoeste  
Movimento de Cidadãos  
de Odemira e Aljezur  
em Defesa do Sudoeste

## COMUNICADO DE IMPRENSA 6 de Julho de 2020

### **Movimento *Juntos Pelo Sudoeste* lança vídeo e campanha de angariação de fundos para salvar o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina no seu 32º aniversário**

No dia em que se comemora o 32º aniversário da classificação do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina como Área Protegida (Decreto-Lei n.º 241/88, de 7 de julho) o Juntos pelo Sudoeste (JPS), movimento de cidadãos de Odemira e Aljezur em Defesa do Sudoeste, divulga um **vídeo** que comprova não só a progressão descontrolada da agricultura intensiva sob plástico no Sudoeste Alentejano, como também o claro incumprimento do objectivo de preservar os valores naturais existentes e regular e fiscalizar a ocupação do solo de uma das zonas costeiras mais valiosas na Europa.

Em simultâneo, este movimento de cidadania lança também uma campanha de **crowdfunding** cujo objectivo é angariar donativos para financiar uma abordagem judicial a este problema, uma vez que não têm surtido efeito até à data os apelos que têm sido feitos às entidades envolvidas para que se estabeleça um diálogo sério e equilibrado sobre o presente e o futuro deste território.

O JPS tem vindo a salientar a incompetência do Estado Português na preservação de um valioso património ecologicamente sensível, que tem sofrido fortes ameaças aos seus valores naturais, alguns deles únicos no Planeta, sobretudo pela falta assumida de monitorização, fiscalização e penalização por parte do Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF) no que respeita ao impacto ambiental de práticas agrícolas danosas para a água, solo, ar, biodiversidade, habitats protegidos e ordenamento do território.

Em 1988 a área do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina foi classificada como Paisagem Protegida, tendo sido elevada a Parque Natural (PNSACV) em 1995, conjugando esse território com uma área marinha adjacente (Decreto Regulamentar nº 26/95, de 21 de setembro).

Abrigo de uma grande diversidade de habitats costeiros, onde se destacam espécies endémicas no domínio da flora, da avifauna e da ictiofauna, o PNSACV alberga uma significativa zona marinha com arribas, praias, dunas, charnecas e zonas húmidas (com estuários, sistemas lagunares, cursos de água, lagoas temporárias, pequenos açudes e uma vasta zona húmida costeira). Por estas razões, esta região foi incluída, entre 1997 e 1999, nos Sítios de Importância Comunitária e Sítios de Protecção Especial da Rede Natura 2000, tendo o Estado Português assumido compromissos acrescidos de conservação da natureza a nível comunitário.



**Juntos pelo Sudoeste**

Movimento de Cidadãos  
de Odemira e Aljezur  
em Defesa do Sudoeste

O Movimento JPS defende que num Parque Natural não pode predominar uma lógica de desenvolvimento económico à custa da degradação ambiental, paisagística e social, sem que haja uma reflexão e soluções consistentes, que respondam às preocupações da população e de outros sectores fundamentais da região do Sudoeste, com vista a uma compatibilização entre os valores de um território classificado e as actividades económicas que aí se desenvolvem.

Finalmente, num quadro de seca severa e de emergência climática e quando a crise sanitária da Covid 19 veio colocar todo o modelo de desenvolvimento das últimas décadas em causa, em que inclusive vários cientistas têm relacionado a destruição de habitats com a proliferação de vírus, acreditamos que esta situação se tornou insustentável e descredibiliza completamente o Governo e o Estado Português.

Juntos pelo Sudoeste

Nuno Carvalho - 916110330/ Fátima Teixeira - 965824059/ Sara Serrão - 931105167/

Vânia Castro / Henrique Soares / Jacqueline Trabant / Laura Cardoso / Mário Encarnação / Guga Pirá / Filipe Costa / Serena Ramovecchi

Link para Video:

<https://www.youtube.com/watch?v=7Ak4Fj9Szq4&feature=youtu.be>

Link para Campanha de *crowdfunding*:

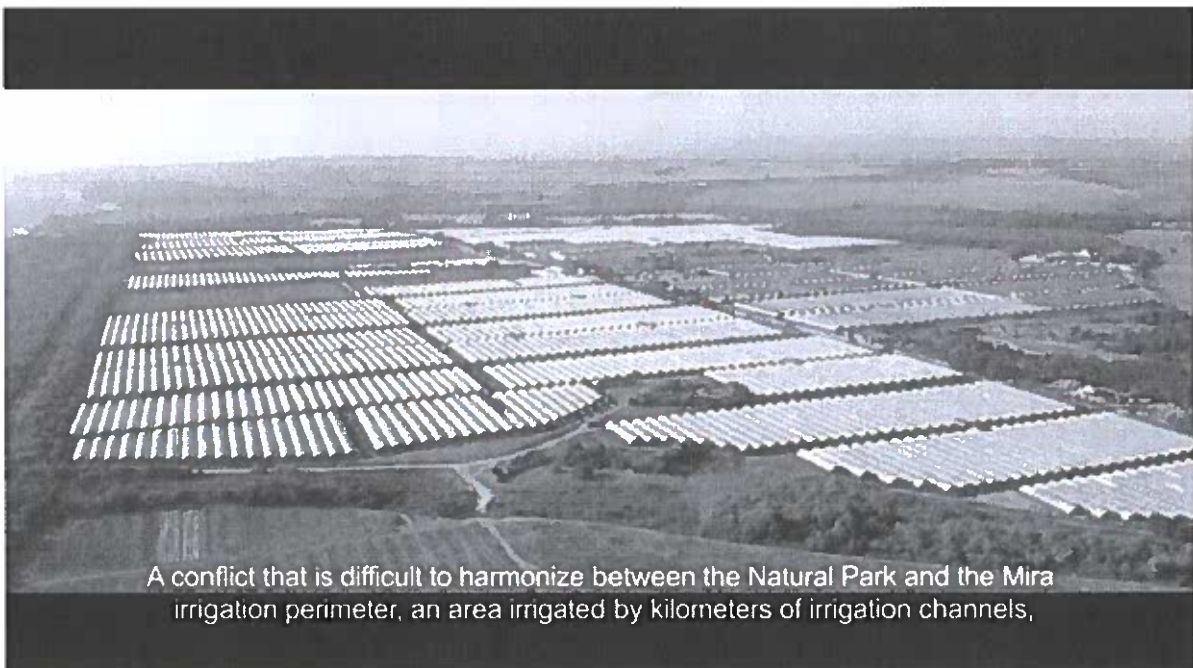
[https://www.gofundme.com/f/ajude-a-proteger-o-pnsacv?](https://www.gofundme.com/f/ajude-a-proteger-o-pnsacv?utm_medium=email&utm_source=product&utm_campaign=p_email+3201-24hr-reminder-v5)

[utm\\_medium=email&utm\\_source=product&utm\\_campaign=p\\_email+3201-24hr-reminder-v5](https://www.gofundme.com/f/ajude-a-proteger-o-pnsacv?utm_medium=email&utm_source=product&utm_campaign=p_email+3201-24hr-reminder-v5)



 YouTube<sup>PT</sup>

Search



**Avanço descontrolado da agricultura intensiva no Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina**

 Private



Juntos pelo Sudoeste  
Movimento de Cidadãos  
de Odemira e Aljezur  
em Defesa do Sudoeste

**Exma. Senhora  
Ministra da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural  
Praça do Comércio  
1499-010 Lisboa**

Odemira, 6 de Julho de 2020

Exma. Senhora Ministra da Agricultura,

Na sequência do V. ofício 1081, que pretendia responder à nossa carta de 10 de Fevereiro, a comunicar o recém formado **Juntos pelo Sudoeste - Movimento de Cidadãos de Odemira e Aljezur em Defesa do Sudoeste**, que congrega cidadãos seriamente preocupados com a situação actual do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (PNSACV), face ao avanço galopante e descontrolado da agroindústria, com culturas cobertas por quilómetros de plástico, num modelo intensivo que vem pôr em causa a integridade do território, vimos por este meio responder às questões enunciadas por V. Exa.

> Quando afirma que *"o território do Sudoeste Alentejano tem condições edafoclimáticas que, aliadas à existência de água para rega de qualidade do Aproveitamento Hidroagrícola do Mira, reúne condições de excepcionalidade para a horticultura, fruticultura e floricultura, ao ar livre ou protegida, sem necessidade neste último caso de sistemas de grande condicionamento ambiental, recorrendo normalmente, a estruturas ligeiras de baixo nível de condicionamento ambiental para o tipo de cultura praticada, como são os túneis elevados, túneis e estufins ou abrigos e muito menos frequente o recurso a estufas"*, somos obrigados a discordar - o território não tem essas condições ideais que refere.

Solos - as características edafoclimáticas não são de qualidade e há vários documentos que o comprovam. Os solos são compostos por areias, argila com má drenagem e pouca matéria orgânica, o que é do conhecimento até do próprio Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, o que obriga a uma **rega e fertilização com frequências elevadas** para que haja produtividade máxima.

Água - a água da Barragem de Santa Clara vem diminuindo a sua reserva consecutivamente desde 2013, estando agora abaixo do volume morto e, como tal, não só a qualidade da água diminuiu, como a própria reserva está em risco (neste momento nos 46%), além de que têm sido ouvidas afirmações públicas do presidente da câmara de Odemira, de que teremos, quando muito, **água para menos de dois anos**.

Condicionamentos ambientais - O relatório da inspecção de 2017 da IGAMAOT ao cumprimento das normas aplicáveis à actividade agrícola no PRM previstas no Plano de Ordenamento do PNSACV demonstra que **a agricultura intensiva é a principal ameaça para a biodiversidade** (objetivo de conservação da UE) e para a necessidade de manter a agricultura extensiva. Por outro lado anexamos juntamente com esta carta fotografias de situações que nos foram reportadas por habitantes do PNSACV, que decorrem da actividade agrícola e que constituem claramente **atentados ambientais**.

> Quando afirma que a RCM 179/2019 pretende compatibilizar a conservação da natureza com a agricultura intensiva, determinando que a área agrícola coberta por plástico não excede 40% da área abrangida pelo AHM (12 000Ha), não está com certeza a ter em consideração que a



Juntos pelo Sudoeste

Movimento de Cidadãos  
de Odemira e Aljezur  
em Defesa do Sudoeste

área actualmente já coberta (1600Ha - cerca de 13% do AHM), nomeadamente para a produção de pequenos frutos, está já a causar uma situação de **total ruptura ambiental, paisagística e social**. Nem queremos imaginar se este valor chegar sequer perto dos 40% - isso provocaria a transformação de um Parque Natural com compromissos ambientais a nível da União Europeia num parque agroindustrial ao pior estilo de Almería, na vizinha Espanha.

> Quando afirma que a RCM 179/2019 veio criar o Grupo de Projecto do Mira, que pretende criar condições para acomodar, num prazo de dez anos, os trabalhadores agrícolas nos perímetros urbanos e no entretanto instala-los em cidades de contentores em pleno Parque Natural, a senhora Ministra não pode estar consciente do **descalabro migratório que a agricultura intensiva veio provocar** e que, entretanto, se descontrolou totalmente, resultando na falência dos serviços públicos (escolas, centros de saúde, repartições públicas de Finanças e segurança social, serviços de recolha de resíduos e de saneamento básico). Caso venha a acomodar dezenas de milhares de imigrantes nas povoações alentejanas, numa proporção superior à população local, então, uma vez mais, estará a provocar a transformação do Alentejo num outro território, cuja identidade já ninguém reconhecerá.

> Quando afirma que *"dada a complexidade da temática em causa, considera-se pertinente aguardar pelos resultados do trabalho que está a ser desenvolvido por este grupo de projecto"*, nós lembramos que a RCM 179/2019 de 24 de Outubro foi muito clara ao "Incumbir o GPM de: a) Elaborar, num prazo de seis meses, um programa de ação para o Perímetro de Rega do Mira para uma atuação integrada". Agora que passam mais de oito meses sobre a RCM, nós perguntamos: onde estão publicados esses resultados?

Aguardamos a vossa resposta, agradecemos a atenção e apresentamos os nossos cumprimentos.

## Movimento Juntos Pelo Sudoeste

Juntos pelo Sudoeste

Nuno Carvalho – 916110330/ Fátima Teixeira - 965824059/ Sara Serrão - 931105167/

Vânia Castro / Henrique Soares / Jacqueline Trabant / Laura Cardoso / Mário Encarnação / Guga Pirá /

Filipe Costa / Serena Ramovecchi

Anexos: Imagens.



**Juntos pelo Sudoeste**

Movimento de Cidadãos  
de Odemira e Aljezur  
em Defesa do Sudoeste

**Deposição de resíduos de embalagens de fitofármacos junto ao contentor de resíduos indiferenciados, Alcária, Zambujeira do Mar, Junho 2020**



**Escorrência de efluente suspeito vindo da falésia em cima da qual labora uma exploração agrícola, Praia da Amália, Brejão, Maio 2020**





**Juntos pelo Sudoeste**

Movimento de Cidadãos  
de Odemira e Aljezur  
em Defesa do Sudoeste

**Grande deposição de resíduos de fitofármacos e resíduos agrícolas abandonados no limite da propriedade, Alteirinhos, Zambujeira do Mar, Fevereiro 2020**





**Juntos pelo Sudoeste**

Movimento de Cidadãos  
de Odemira e Aljezur  
em Defesa do Sudoeste

**Juntos pelo Sudoeste**  
Movimento de Cidadãos de Odemira e Aljezur  
em Defesa do Sudoeste

Odemira, 4 de Fevereiro de 2020

**Breves notas sobre a situação que se vive no  
Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina**

> Juntos pelo Sudoeste (JPS): movimento apartidário de cidadãos de Odemira e Aljezur seriamente preocupados com a situação actual do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (PNSACV), nomeadamente na faixa costeira entre o sul de Vila Nova de Milfontes e Odeceixe (Concelhos de Odemira e Aljezur), face ao avanço galopante, desproporcional e descontrolado da agro-indústria, com culturas cobertas por quilómetros de plástico, num modelo agrícola intensivo que vem pôr em causa a integridade do território e dos seus valores naturais.

> Estão aqui em conflito um perímetro de rega de 12000 hectares, alimentado pela Barragem de Santa Clara (Perímetro de Rega do Mira - PRM), que se confunde com uma área classificada como Paisagem Protegida nos anos 80 e elevada a Parque Natural nos anos 90, assumindo fortes compromissos ambientais, quer a nível nacional, quer a nível europeu - Rede Natura 2000.

> Neste momento estima-se (porque ninguém tem números concretos) que haja uma área de cerca de 13% do PRM coberto por plástico (aproximadamente 1600 Ha - para se ter uma ordem de grandeza, é o mesmo que 1600 campos de futebol), para culturas intensivas que requerem, na sua maioria, muita mão de obra estrangeira (a apanha de pequenos frutos requer, em média, 10 trabalhadores por hectare).

> A faixa costeira de 40 km entre o sul de Vila Nova de Milfontes e Odeceixe está a sofrer um forte impacto paisagístico, sendo que o real impacto ambiental na água, solo e ar é desconhecido pois não é fiscalizado e/ou publicado. Socialmente gerou-se uma situação de ruptura já que a região não tem capacidade para absorver um número de imigrantes que também ninguém conhece ao certo, mas que deverá rondar as 10 000 pessoas (dados estimados pela Câmara Municipal de Odemira). Isto significa que 20% dos habitantes de Odemira é imigrante de origem asiática, quando no resto do país essa percentagem é da ordem dos 3 a 5%, o que pode dar uma ideia da complexidade do problema de integração de migrantes (dados do CLAIM).

> O movimento JPS aponta a total falta de zelo do Estado Português, já que não está a ser cumprido há anos o que consta do Plano de Ordenamento do Parque Natural do



Juntos pelo Sudoeste

Movimento de Cidadãos  
de Odemira e Aljezur  
em Defesa do Sudoeste

**Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (POPNSACV)\*: existe falta de fiscalização e preservação de um património ambiental ecologicamente sensível\*\*, supostamente com elevado estatuto de protecção, que sofre constantemente fortes ameaças aos seus valores naturais, alguns deles únicos no Planeta.\*\*\***

\* (ver sobretudo Artº 45 e 46)

\*\* o que é evidenciado no Relatório de Acção de Inspecção da IGAMAOT\* homologado pelos Ministros do Ambiente e Agricultura em 2018, "Avaliação das normas aplicáveis às actividades agrícolas integradas no Perímetro de Rega do Mira previstas no Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina" - Inspecção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (ver sobretudo a partir da pág 64)

\*\*\* o que nos remete para o Artº 66 da Constituição Portuguesa: "Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender."

> Os valores naturais do PNSACV são nova e fortemente postos em causa com a recente Resolução do Conselho de Ministros 179/2019 de 24 de Outubro (RCM) que não só não teve a coragem de estancar o avanço da agricultura industrial até estarem acautelados os vários interesses em causa, como vem autorizar o triplo da área coberta de plástico que já existe no PNSACV e ainda responder descaradamente ao único entrave que limitava a expansão da indústria agrícola, que era a falta de habitação para toda a mão de obra necessária. Assim, a RCM permite instalar milhares de trabalhadores asiáticos em contentores, dentro das explorações agrícolas, em pleno Parque Natural, estimando-se um valor que pode chegar às 36 000 pessoas, numa região que tem uma população de 26 000 habitantes (dados do INE). Tudo isto se passará "longe da vista", durante dez anos, num "regime transitório" que sabemos que facilmente passa a "definitivo". Dez anos chegam para destruir o que resta da área do Parque Natural que também é Perímetro de Rega do Mira.

> O JPS salienta que continua a predominar uma lógica de desenvolvimento económico, à custa da degradação do território, que está esgotada: tem-se vindo a gerar uma situação ambiental, paisagística e social insustentável e explosiva. É sabido que nesta área no perímetro de rega do Mira, a qualidade dos solos em geral é pobre e que todas as culturas são sustentadas por fertilizantes químicos, cujos resíduos e drenagens são integrados nos solos do PNSACV, passando facilmente do solo para o mar, afectando toda a vida marinha, comprometendo no futuro a declaração do Parque Natural e, no presente, a viabilidade da outra principal actividade económica no Sudoeste Alentejano de Costa Vicentina, o Turismo de Natureza, no qual se fez uma forte aposta e que tem vindo a arrecadar vários prémios internacionais.

> Se a própria entidade que explora a água da Barragem de Santa Clara, cuja capacidade está há meses nos 50%, por falta de chuva, a Associação de Beneficiários do Mira (ABM), já veio comunicar aos associados que vai haver racionamento de água em 2020, porque continua a haver expansão? As populações têm prioridade no acesso à água, no entanto em Portugal a agricultura intensiva utiliza cerca de 85% da água disponível. É de salientar que o nível de água da Barragem de Santa Clara tem vindo a





Juntos pelo Sudoeste

Movimento de Cidadãos  
de Odemira e Aljezur  
em Defesa do Sudoeste

baixar sistematicamente desde 2013, nunca tendo tido valores tão baixos como os actuais.

> O que irá acontecer quando o salário mínimo subir em Portugal e os preços dos pequenos frutos baixarem, como já têm vindo a baixar desde há dois anos? O que ficará quando estas multinacionais relocizarem a produção para outras paragens como já se fala (Norte de África)? Uma degradação ambiental e social completa. E a quem caberá a obrigatoriedade de restauro da paisagem e do ecossistema afectados, em caso de falência ou encerramento de actividade em Portugal, como já aconteceu nesta mesma região nos anos 90, com a má experiência de Thierry Roussel?

> Num quadro de emergência climática em que Portugal se quer afirmar como comprometido com o Pacto Verde Europeu, o Acordo de Paris e a neutralidade carbónica, acreditamos que esta situação descredibiliza totalmente o Governo e o Estado Português.

> O movimento JPS pretende a construção séria de soluções consistentes que respondam às preocupações da população e de outros sectores fundamentais do Sudoeste Português e não apenas de uma parte dos interessados - as multinacionais agrícolas - com vista a uma compatibilização entre os valores de um Parque Natural e a actividade agrícola que aí se faz.

O JPS defende com urgência:

- Que seja travada qualquer nova ampliação e/ou instalação de exploração agrícola, até estarem resolvidas as irregularidades identificadas no relatório da IGAMAOT, e cumpridas as recomendações do mesmo, que foi homologado em Março de 2018 pelo Ministro do Ambiente.

[https://www.igamaot.gov.pt/wp-content/uploads/Relatorio\\_Per--mtetro\\_Rega\\_Mira\\_POPNSACV.pdf](https://www.igamaot.gov.pt/wp-content/uploads/Relatorio_Per--mtetro_Rega_Mira_POPNSACV.pdf)

- Que o ICNF seja dotado de meios (humanos, técnicos e financeiros) para cumprir e fazer cumprir os desígnios do seu Plano de Ordenamento e as recomendações referidas no ponto anterior.

- Que a questão da escassez de água seja seriamente considerada, assim como a reconversão da agricultura intensiva convencional para melhores práticas agrícolas que passem pelos princípios da Agroecologia, sobretudo num contexto de um Parque Natural com compromissos ambientais.

- Que haja um reforço urgente dos serviços públicos e sociais de Odemira (Saúde, finanças, segurança social, escolas, etc).

- Que se pense cuidadosamente a situação da imigração e da habitação condigna dos trabalhadores agrícolas, sem cair em soluções de facilitismo (contentores), que colocam não só questões éticas, como de justiça, quando se promove a discriminação dos cidadãos no que respeita o licenciamento para edificações em pleno Parque Natural.



Juntos pelo Sudoeste

Movimento de Cidadãos  
de Odemira e Aljezur  
em Defesa do Sudoeste

- Que um sector não prejudique todos os outros sectores da região e os habitantes em geral.
- Que seja definida uma estratégia de desenvolvimento sustentável com visão de longo prazo, que não seja feita à custa da degradação ambiental e social de uma região que também é um Parque Natural; muito pelo contrário, que se comece a olhar para a preservação ambiental como um activo económico e para o território como um laboratório de soluções de sustentabilidade.

*Notas extra:*

Moção apresentada pelo PS e aprovada na Assembleia Municipal de Odemira no passado dia 30 de Abril de 2019:

"necessidade imediata de acção por parte das autoridades competentes no que diz respeito aos actuais constrangimentos gerados pelos investimentos agrícolas dentro do Perímetro de Rega do Mira (PRM)", a necessidade de compatibilização deste "com o plano de ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (PNASACV)" e "o forte impacto do fenómeno migratório nos aglomerados urbanos do litoral do concelho e a consequente perturbação causada nos serviços públicos ao nível de vários sectores como a saúde, finanças, tribunal, segurança social e forças de segurança".

A Petição Pública lançada pelo JPS a 15 de Janeiro de 2020 alcançou as 4.000 assinaturas passadas duas semanas, o que revela a indignação que já existia em relação ao crescimento galopante da indústria agrícola no PRM, que a RCM veio piorar ainda mais: <https://peticaopublica.com/pview.aspx?pi=PT95695>

<https://www.jornalsudoeste.com/?diaria=4780> (de 31/01/2020)

<https://tvi24.iol.pt/sociedade/estufas-alentejo/costa-alentejana-nao-aguenta-mais-estufas>

<https://www.publico.pt/2019/11/19/local/noticia/autarcas-admitem-possa-densificar-cobertura-plastico-perimetro-rega-mira-1894351>

[https://rr.sapo.pt/2020/01/13/pais/imigracao-em-odemira-ninguem-estava-preparado/multimedia/177935/?fbclid=IwAR1FceM6dapiy6ckHHR7EKVn\\_7WzR8p8G6leytIpf-AXEubLRIV-2chYETw](https://rr.sapo.pt/2020/01/13/pais/imigracao-em-odemira-ninguem-estava-preparado/multimedia/177935/?fbclid=IwAR1FceM6dapiy6ckHHR7EKVn_7WzR8p8G6leytIpf-AXEubLRIV-2chYETw)

**Email:** [juntospelosudoeste@gmail.com](mailto:juntospelosudoeste@gmail.com)

**Facebook:** Juntos pelo Sudoeste

**Instagram:** [juntos.pelo.sudoeste](https://www.instagram.com/juntos.pelo.sudoeste)



Juntos pelo Sudoeste

Movimento de Cidadãos  
de Odemira e Aljezur  
em Defesa do Sudoeste

## **Juntos pelo Sudoeste**

### **Carta Aberta do Movimento de Cidadãos de Odemira e Aljezur em Defesa do Sudoeste ao Governo Português**

Odemira, 22 de Abril de 2020

### **Recuperar da Pandemia e recuperar também o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina**

Somos um movimento de cidadãos residentes no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (PNSACV), uma das últimas costas selvagens da Europa com valores naturais sensíveis, alguns deles únicos no mundo. Pretendemos com esta comunicação, assinalar o Dia da Terra e alertar para a oportunidade única que estamos todos a viver, de conciliar os objetivos do crescimento económico com o bem estar das populações e a preservação de património ambiental.

Sentimos e vivemos no dia a dia, a destruição de muitos valores do PNSACV como inevitável consequência do avanço da agricultura intensiva, sob cobertura de plástico ou ao ar livre. Na parte integrante do Perímetro de Rega do Mira, entendemos que seja determinante o trabalho do regulador estado, no sentido de garantir a coexistência dos valores envolvidos, e que até agora não tem existido.

Recentemente a Resolução de Conselho de Ministros 179/2919 de 24 de Outubro de 2019 estabeleceu um regime transitório de dez anos para este Perímetro de Rega, que supostamente traria soluções mas que na prática veio agravar uma situação insustentável: esta Resolução determina a possibilidade da área de agricultura intensiva coberta por plástico (cerca de 1600 hectares) vir a triplicar, quando sentimos diariamente que a actual ocupação já está a causar uma disrupção total nesta região. Do ponto de vista social, a resolução cede ao único entrave que existia ao avanço progressivo e descontrolado da agricultura intensiva, que era a falta de habitação para a mão de obra imigrante, ao permitir o alojamento de milhares de pessoas em contentores nas explorações agrícolas, em pleno Parque Natural, abrindo o grave precedente de transformar um parque natural num parque agroindustrial de contentores e de estufas.

Tudo isto acontece pela mão do mesmo legislador que através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 11-B/2011 implementou o regulamento do Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (POPNSACV). Instrumento territorial fundamental para enquadrar o valor natural que aqui se encontra e que conduziu à sua colocação na lista nacional de sítios, em 1997, que levou a considerá-lo Zona de Proteção Especial em 1999 e em Sítio de Importância Comunitária em 2004. Aliás, instrumento territorial que ainda se encontra em vigor. Contudo, a tal RCM 179/2019 introduz, muito disfarçadamente uma alínea a) ao número 9, que de forma despidorada e ao mesmo tempo que anuncia dever haver compatibilização dos valores naturais no PNSACV e nos sítios e zonas da Rede Natura 2000 com a produção agrícola, aumenta a área de ocupação de estufas relativamente ao que se encontra (ainda) previsto no Regulamento do POPNSACV.

É importante clarificar que esta é uma agricultura constituída na sua maioria por empresas multinacionais que facturam centenas de milhões de euros por ano, com recurso à importação massiva de mão de obra. Face à escala das explorações e às características do território é fácil concluir que imensas pessoas vivem em condições sanitárias duvidosas, e que as empresas prosperam imputando a responsabilidade social para as autarquias, exportando para os mercados do norte da Europa, consumindo recursos naturais que são de todos nós, nomeadamente a água, que vem escasseando seriamente desde 2013, e arrasando valores naturais que na realidade devemos às futuras gerações.

Numa época dramática, com o planeta assolado por uma pandemia causada por um vírus que muitos especialistas associam à destruição persistente dos ecossistemas, é tempo de mudar de paradigma: Portugal não pode continuar a sacrificar um Parque Natural com compromissos ambientais a nível nacional e europeu. O Governo não pode cair na contradição de apelar ao consumo do que é português quando está a subsidiar empresas estrangeiras que destroem o nosso ecossistema.

Concretamente, queremos coragem política para colocar um travão imediato a novas explorações e/ou ampliações de projectos existentes, até que sejam resolvidas e penalizadas as irregularidades que o próprio Estado Português já identificou no relatório da IGAMAOT, homologado em Março de 2018 pelo Ministro do Ambiente.

Numa zona prioritária de conservação da natureza como é o PNSACV, uma estratégia de crescimento assente numa lógica de preservação ambiental pode representar por um lado um activo económico que não será de todo despiciendo, e por outro posicionar esta região como um "hub" europeu de desenvolvimento sustentável - uma junção de ecologia, turismo de natureza e projectos agrícolas sustentáveis que afirmará o País como realmente comprometido com os desígnios do Pacto Verde Europeu.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2018 que aprova a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030 preconiza que "Portugal é reconhecidamente um país rico em património natural, detentor de espécies de flora e de fauna associadas a uma grande variedade de ecossistemas, habitats e paisagens (...) A Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade para 2030 (ENCNB 2030) assenta no reconhecimento de que o património natural português concorre decisivamente para a afirmação do país internacionalmente e, deste modo, contribui para a concretização de um modelo de desenvolvimento assente na valorização do seu território e dos seus valores naturais".

Pensamos que o bem-estar de um país não se mede apenas por indicadores financeiros e que o Mundo está hoje consciente de que precisamos de criar um futuro equilibrado, que não seja baseado exclusivamente num crescimento exponencial do consumo, nem na maximização selvagem de rápidos lucros financeiros para uns poucos, em detrimento do bem-estar de muitos outros e da destruição de um Parque Natural.

Com os melhores cumprimentos,

**Juntos pelo Sudoeste**

Nuno Carvalho - 916110330/ Fátima Teixeira - 965824059/ Sara Serrão - 931105167/  
Vânia Castro / Henrique Soares / Jacqueline Trabant / Laura Cardoso / Mário Encarnação / Guga Pirá /  
Filipe Santos / Serena Ramovecchi

Anexos:

- Petição pública:  
O Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina não aguenta mais agricultura intensiva! <https://peticaopublica.com/pview.aspx?pi=PT95695>
- Memorando Juntos Pelo Sudoeste
- Selecção de fotografias





Juntos pelo Sudoeste

Movimento de Cidadãos  
de Odemira e Aljezur  
em Defesa do Sudoeste

E-mail: [juntospelosudoeste@gmail.com](mailto:juntospelosudoeste@gmail.com)

Facebook: Juntos pelo Sudoeste

Instagram: [juntos.pelo.sudoeste](https://www.instagram.com/juntos.pelo.sudoeste)

**Exmo. Senhora  
Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural  
Praça do Comércio  
1499-010 Lisboa**

Odemira, 10 de Fevereiro de 2020,

Exma. Senhora,

Vimos por este meio informar a v. Entidade da existência do recém formado **Juntos pelo Sudoeste - Movimento de Cidadãos de Odemira e Aljezur em Defesa do Sudoeste**, que congrega cidadãos seriamente preocupados com a situação actual do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, face ao avanço galopante e descontrolado da indústria agrícola, com culturas cobertas por quilómetros de plástico, num modelo intensivo que vem pôr em causa a integridade do território.

Este Movimento constituiu-se sobretudo como reacção à Resolução do Conselho de Ministros 179/2019 de 24 de Outubro e à falta de preservação de um património ambiental ecologicamente sensível, supostamente com elevado estatuto de protecção, mas que tem sofrido fortes ameaças aos seus valores naturais, alguns deles únicos no Planeta.

Juntos pelo Sudoeste tem como primeiro objectivo que esta situação seja cuidadosamente avaliada e debatida na Assembleia da República e pelas entidades competentes para o fazer. Neste sentido, foi recentemente lançada uma petição pública intitulada "O Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina não aguenta mais agricultura intensiva!" que reuniu mais de 4000 assinaturas em duas semanas.

Em linhas gerais este movimento defende:

- Que a Resolução do Conselho de Ministros 179/2019 de 24 de Outubro seja revogada e substituída por outra que apresente soluções concretas para as preocupações da população e de outros sectores fundamentais do Sudoeste Português, e não apenas de uma parte dos interessados.

- Que seja travada qualquer ampliação e/ou instalação de nova exploração agrícola, até estarem resolvidas as irregularidades identificadas no relatório da IGAMAOT, e cumpridas as recomendações do mesmo, que foi homologado em Março de 2018 pelo Ministro do Ambiente.

[https://www.igamaot.gov.pt/wp-content/uploads/Relatorio\\_Permetro\\_Rega\\_Mira\\_POPNSACV.pdf](https://www.igamaot.gov.pt/wp-content/uploads/Relatorio_Permetro_Rega_Mira_POPNSACV.pdf)

- Que o ICNF seja dotado de meios para fazer cumprir os desígnios do seu Plano de Ordenamento e as recomendações referidas no ponto anterior.

- Que a questão da escassez de água seja seriamente considerada, assim como a reconversão da agricultura intensiva convencional para melhores práticas agrícolas que passem pelos princípios da Agroecologia, sobretudo num contexto de crise climática e de um Parque Natural com compromissos ambientais.



Juntos pelo Sudoeste

Movimento de Cidadãos  
de Odemira e Aljezur  
em Defesa do Sudoeste

- Que haja um reforço urgente dos serviços públicos e sociais de Odemira (saúde, finanças, segurança social, escolas, etc).
- Que se pense cuidadosamente a situação da imigração e da habitação dos trabalhadores agrícolas, sem cair em soluções que colocam graves questões éticas, assim como promovem uma discriminação dos cidadãos, no que respeita o licenciamento para edificações em zona de Parque Natural.
- Que um sector económico não prejudique outros sectores também estabelecidos e os habitantes e a biodiversidade em geral.
- Que haja uma estratégia de desenvolvimento sustentável com visão de longo prazo, que não seja feita à custa da degradação ambiental e social de um território que é Parque Natural, mas que antes comece a olhar para a preservação ambiental como um activo económico com forte potencial de valorização.

Assim, gostaríamos de saber qual a V. posição sobre a situação descrita, assim como a V. disponibilidade para visitar a nossa região ou receber este grupo de cidadãos em reunião, para que possamos expôr os nossos pontos de vista, exercendo o nosso direito e dever à participação cívica e envolvimento na estratégia de gestão da nossa Região.

Desde já nos subscrevemos com elevada consideração e apresentamos os nossos cumprimentos.

Muito obrigado pela atenção,

Sara Serrão, em representação do **Movimento Juntos Pelo Sudoeste**

Fátima Teixeira - 965824059

Sara Serrão - 931105167

Vânia Castro

Henrique Soares

Jacqueline Trabant

Laura Cardoso

Nuno Carvalho

Mário Encarnação

E-mail: [juntospelosudoeste@gmail.com](mailto:juntospelosudoeste@gmail.com)

Facebook: Juntos pelo Sudoeste

Instagram: [juntos.pelo.sudoeste](https://www.instagram.com/juntos.pelo.sudoeste)





Exmos. senhores

Juntos pelo Sudoeste

Movimento de Cidadãos de Odemira e Aljezur em  
Defesa do Sudoeste

[juntospelosudoeste@gmail.com](mailto:juntospelosudoeste@gmail.com)

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
		Nº: 1081/2020 ENT.: 1928/2020 PROC. Nº: 35.03/2020	07-05-2020

**ASSUNTO: MOVIMENTO DOS CIDADÃOS DE ODEMIRA E ALJEZUR EM DEFESA DO SUDOESTE AO GOVERNO PORTUGUÊS**

Encarrega-me a Senhora Ministra da Agricultura de acusar e agradecer a vossa comunicação e de informar que a mesma mereceu a nossa melhor atenção.

O território do Sudoeste Alentejano tem características edafoclimáticas que, aliadas à existência de água para rega de qualidade do Aproveitamento Hidroagrícola do Mira (AHMira), representam condições de excecionalidade para a horticultura, fruticultura e floricultura, ao ar livre ou protegida, sem necessidade de sistemas de grande condicionamento ambiental. Em sobreposição com o AHMira, situa-se o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (PNSACV).

Tendo em vista a compatibilização dos valores naturais presentes no PNSACV e nos sítios e zonas da Rede Natura 2000 com a produção agrícola, a RCM 179/2019, de 24 de outubro, determinou que a área de produção agrícola com culturas protegidas (estufas, tuneis e estufins) no AHMira fica limitada a uma percentagem máxima de 40% da sua área total, sendo que a área das estufas não pode ultrapassar os 30%. Deste modo, este diploma vem diminuir a área que anteriormente era permitida ocupar com este tipo de estruturas (estufas, tuneis e estufins).

Este diploma determinou, ainda, a criação do Grupo de Projeto do Mira (GPM) cuja missão é delinear um programa que permita, no espaço de 10 anos, assegurar a integral acomodação dos trabalhadores agrícolas em perímetros urbanos. Este grupo multidisciplinar ficou também incumbido de elaborar um programa de ação para o Perímetro de Rega do Mira, de acompanhar os processos referentes à celebração, elaboração e execução dos contratos para planeamento e, ainda, proceder, a cada três anos, a uma avaliação socioambiental da situação e apresentar um relatório sobre o estado de operacionalização da presente resolução.



**REPÚBLICA  
PORTUGUESA**

**GABINETE DA MINISTRA  
DA AGRICULTURA**

Mais se informa que o GPM tem reunido periodicamente para dar cumprimento ao definido na referida Resolução. Dada a complexidade da temática em causa, considera-se pertinente aguardar pelos resultados do trabalho que está a ser desenvolvido por este Grupo de Projeto.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

João Carlos Mateus

GS/JV/AT

SITUAÇÃO CALAMITOSA DOS TRABALHADORES AGRÍCOLAS EM ALMERÍA, ESPANHA, EXEMPLO DO QUAL O SUPRÊSITO ALENTEJANO SE APROXIMA, MESMO QUE EM MENOR ESCALA. O MODELO E OS PROBLEMAS QUE ESTE TRAZ SÃO OS MESMOS.

# Ne ick our ood': igrant orkers peak ut rom pain's lastic ea'

In Almería's vast farms, migrants pick food destined for UK supermarkets. But these 'essential workers' live in shantytowns and lack PPE as Covid cases soar

*Photographs and drone footage by Ofelia de Pablo and Javier Zurita*

by Ofelia de Pablo and Javier Zurita in Almería, Annie Kelly and Clare Carlile

Supported by



[About this content](#)

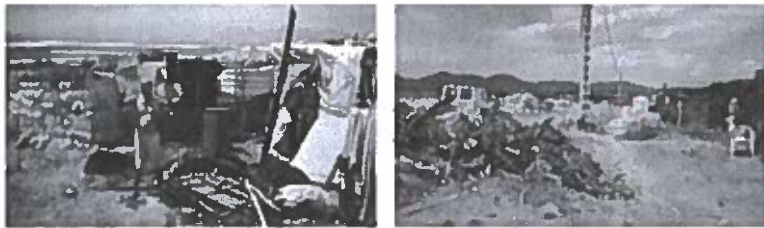
Sun 20 Sep 2020 12.00 BST

**I**t is the end of another day for Hassan, a migrant worker from Morocco who has spent the past 12 hours under a sweltering late summer sun harvesting vegetables in one of the vast greenhouses of Almería, southern Spain.

The vegetables he has dug from the red dirt are destined for dinner plates all over Europe. UK supermarkets including Tesco, Sainsbury's, Asda, Lidl and Aldi all source fruit and vegetables from Almería. The tens of thousands of migrant workers working in the province are vital to the Spanish economy and pan-European food supply chains. Throughout the pandemic, they have held essential worker status, labouring in the fields while millions across the world sheltered inside.

Yet tonight, Hassan will return to the squalor and rubbish piles of El Barranquete, one of the poorest of 92 informal worker slums that have sprung up around the vast farms of Almería and which are now home to an estimated 7,000-10,000 people.

Here, in the middle of Spain's *Mar del Plastico* (Plastic Sea), the 31,000 hectares (76,600 acres) of farms and greenhouses in the region of Andalucía known as "Europe's garden", many of El Barranquete's inhabitants don't have electricity, running water or sanitation.



Inside the Plastic Sea is El Barranquete shantytown, where houses are constructed from dumped rubbish

Hassan's house, like all the others in El Barranquete, is constructed from whatever he could find on rubbish dumps or the side of the road; pieces of plastic foraged from the greenhouses, flaps of cardboard and old hosing tied around lumps of wood. Under Spain's blazing sun, the temperature can reach 50C - at night the plastic sheeting releases toxic carcinogenic fumes while he sleeps.

When he first arrived in Spain, Hassan was stunned by how the workers were treated on the farms. Like other workers in El Barranquete, Hassan says he earns only about €5 (£4.50) an hour, well under the legal minimum wage. "The working conditions are terrible," he says. "Sometimes we work from sunup to sundown in extreme heat, with only a 30-minute break in the whole day."

Now, as Almería faces a wave of Covid-19 infections, workers say they have been left completely unprotected. "We pick your food," says Hassan. "But our health doesn't matter to anyone."

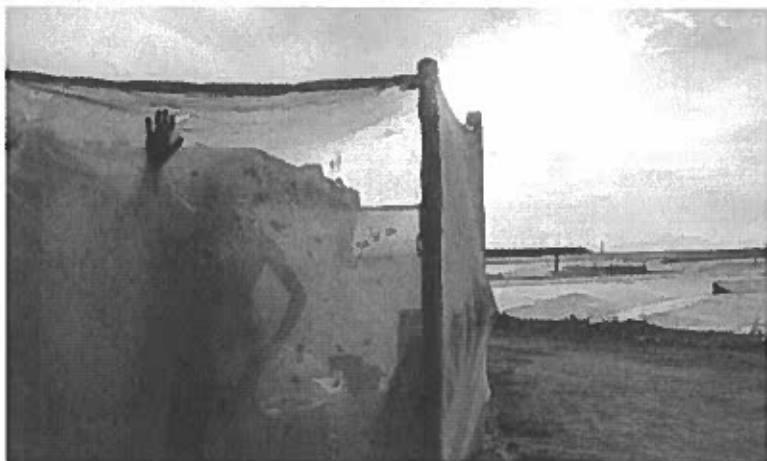


Top: One of the few water sources in Don Domingo shantytown.  
Bottom left: a worker collects water in Don Domingo. Right:  
workers at El Nazareno settlement use toxic containers to store  
drinking water

In August, the Observer interviewed more than 45 migrants employed as farm workers in Almería. A joint supply chain investigation by Ethical Consumer magazine has linked many of these workers to the supply chains of UK supermarkets including Tesco, Sainsbury's, Asda, Lidl and Aldi.

All claimed to be facing systemic labour exploitation before and throughout the pandemic such as non-payment of wages and being kept on illegal temporary contracts. Many described being forced to work in a culture of fear and intimidation. Some of those who complained about conditions said they had been sacked or blacklisted.

Workers employed by Spanish food companies linked to UK supermarkets also claimed that throughout the pandemic they have been denied access to adequate personal protective equipment (PPE) that under Spanish law they are entitled to as essential workers. Many said they were not given enough face masks, gloves or hand sanitiser and have been unable to socially distance at work.



La Molineta shantytown

One man employed at a big food company supplying the UK says that he has only been

given two face masks in six months.

In response to the investigation, the British Retail Consortium - members of which include Sainsbury's, Asda, Lidl and Aldi - released a statement calling on the Spanish government to launch an inquiry.

Commenting on the Observer's findings, Olivier De Schutter, the United Nations special rapporteur on extreme poverty, says the situation facing migrant workers in southern Spain is a human tragedy.



Top: migrant workers in El Nazareno. Below: families in the shantytowns of La Molineta (left) and Don Domingo

“The pandemic has exacerbated the unacceptable conditions facing migrant workers and the Spanish government must urgently act. But two-thirds of all fruit and vegetables consumed across Europe and the UK come from these greenhouses and all the companies and retailers up these supply chains have a responsibility to these workers as well,” he says.

Spain is experiencing the highest numbers of new Covid-19 infections in Europe, with the province of Almería recording more than 100 new cases a day.

Despite the local government in Almería claiming that the virus has not reached the plastic settlements, there have been multiple outbreaks on farms across the province and in the *cortijos*, the dilapidated housing blocks near the farms in which workers live.

As Covid-19 infections rise, medical charities such as as Médicos del Mundo are supplying masks, gloves and temperature checks in the settlements in scenes more reminiscent of a disaster zone than one of the richest countries in the world.



Medical charities provide support in El Nazareno and (bottom right) Don Domingo

“People want to protect themselves, but they cannot”, says Almudena Puertas from the NGO Cáritas. “They are here because there is work and we need them.”

In the past month, the local government in Andalucía has allocated €1.1m to create better health and safety conditions, but critics say they have yet to see any significant improvements.



Poor working and living conditions leave workers vulnerable to Covid, but most are more worried about not being able to work than being ill

“I do not understand why these people are not being rehoused in better accommodation. Do we have to wait for them to get Covid instead of looking for a much more dignified place, with adequate hygienic conditions?” says, Diego Crespo, a Forward Andalucía party MP.

Hassan knows that his work and living conditions make him vulnerable to becoming infected with Covid-19. When asked whether he is supplied with PPE at work, Hassan laughs. “Gloves and face masks in the greenhouse? Temperature checks?” he says. “They don’t give you anything.”

Like many of the people living in the settlements, he say he is more scared of not being able to work than they of becoming ill. If he can’t send money home, his children don’t eat.

One groups of workers say that they lost their jobs after testing positive for Covid-19 and quarantining at home. Muhammad, a farm worker from Morocco, said that when he and

others had recovered and returned to work, some of them were told there was no work for them.

“When I contracted Covid-19, I’d already spent two years working for this company without papers and two years on a temporary contract, but when I came back they said there is nothing for me here,” he says. He says he and the other workers who did not get their jobs back also did not receive the sick pay they were entitled to as essential workers.

The Soc-Sat union, which represents agricultural workers across Almería, says the failure to provide farm workers with basic PPE speaks to the culture of impunity that surrounds the mistreatment of Spain’s migrant workforce.

“Around 80% of fruit companies in Almería are breaking the law,” says José García Cuevas, a Soc-Sat union leader. The union says that across the region, widespread fraud is being perpetrated on the farm workers. “People will work 25 days but their employers will only count 10,” he says. “Or when you look at the payslips, it says €58 a day, which is minimum wage but that’s not what the worker is receiving.” He says that according to figures from the General Union of Workers, workers lose out on up to €50m of wages every year.

For decades, the exploitation and abuse of migrant workers in Spain has been widely condemned by UN officials and human rights campaigners, but to little effect.

Soc-Sat says that in 2019 it dealt with more than 1,000 complaints from migrant workers about exploitation and working conditions. This year it also says it has helped workers file legal complaints against food companies in Almería for breaching labour laws and not providing adequate PPE.



Inside some of the homes in La Nave de la Molineta shantytown

“If, under normal conditions, health and safety regulations are not followed, you can imagine what’s happening in the current situation with a pandemic,” says García Cuevas.

In its statement, the British Retail Consortium (BRC) says its members have zero tolerance for labour exploitation: “Many grocery members have funded and supported the Spain



**Ethical Trade Supplier Forums ... We call on the Spanish government to launch an investigation into labour conditions in the Almería region to help our members stamp out any exploitative practices.”**

In a separate statement, Tesco says it was aware of the issues surrounding migrant workers in Southern Spain and that the company worked closely with growers, suppliers and Spanish ethical trade forums to ensure good standards.

The Andalucían Ministry for Labour, Training and Self-Employment in Andalucía said that it had delivered training for businesses on how to protect workers against Covid-19. In a statement it says, “You cannot criminalise an entire sector that is subject to all kinds of controls by the labour, health and other authorities and that must also abide by strict regulations regarding the protection of workers’ rights and prevention and occupational health.”



The Plastic Sea covers 31,000 hectares

In two weeks, the greenhouses of Almería will be at their busiest as the high season for tomatoes, peppers and salad begins. Ali, a farm worker who has been in Spain for more than 15 years, doesn’t expect his situation to improve.

“If you complain, they will say: ‘If you don’t want to work here then go home,’” he says. “Every worker here has a family, a wife and children, but the only thing that matters is that we work to get the vegetables to Germany or the UK. It’s like they have forgotten we are also human beings.”

## **Since you’re here ...**

... joining us from Portugal, we have a small favour to ask. Millions are flocking to the Guardian for open, independent, quality news every day, and readers in 180 countries around the world now support us financially.

We believe everyone deserves access to information that’s grounded in science and truth, and analysis rooted in authority and integrity. That’s why we made a different choice: to keep our reporting open for all readers, regardless of where they live or what they can afford to pay.

The Guardian has no shareholders or billionaire owner, meaning our journalism is free from bias and vested interests - this makes us different. Our editorial independence and autonomy allows us to provide fearless investigations and analysis of those with political and commercial power. We can give a voice to the oppressed and neglected, and help bring

about a brighter, fairer future. Your support protects this.

Supporting us means investing in Guardian journalism for tomorrow and the years ahead. The more readers funding our work, the more questions we can ask, the deeper we can dig, and the greater the impact we can have. We're determined to provide reporting that helps each of us better understand the world, and take actions that challenge, unite, and inspire change.

Your support means we can keep our journalism open, so millions more have free access to the high-quality, trustworthy news they deserve. So we seek your support not simply to survive, but to grow our journalistic ambitions and sustain our model for open, independent reporting.

If there were ever a time to join us, and help accelerate our growth, it is now. You have the power to support us through these challenging economic times and enable real-world impact.

Every contribution, however big or small, makes a difference. **Support us today from as little as €1 - it only takes a minute. Thank you.**

Support the Guardian